

Coronelismo: morte ou mutação

JOELINA SOUZA MENEZES
FRANCISCO JOSÉ A. DOS SANTOS

O cientista político Ibarê Costa Dantas tem se dedicado à análise da história política de Sergipe, especialmente no período republicano.

Na sua primeira obra, "O Tenentismo em Sergipe" (Petrópolis, Vozes, 1974) recupera a história do tenentismo no Estado, desvendando as relações de poder que se configuravam entre os tenentes e as lideranças tradicionais representadas pelos coronéis.

Posteriormente, em seu segundo livro - "A Revolução de 30 em Sergipe. Dos Tenentes aos Coronéis" (São Paulo, Cortez; Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, 1983) - dando continuidade ao seu projeto inicial, estende a sua análise à política local dos interventores no período de 30-45, enfatizando as relações entre este e o Estado Nacional.

Tendo em vista o período histórico analisado pelo autor, o fenômeno do coronelismo figura como elemento constitutivo essencial da organização da sociedade política.

Vê-se, desta forma, como o coronelismo tem sido uma das inquietações teóricas do autor.

Em "Coronelismo e Dominação" culmina a trajetória analítica, o que se faz em dois ensaios que compõem o livro.

No primeiro, "As Mutações do Coronelismo", realiza uma revisão bibliográfica dos estudos sobre o tema e, por sua vez, propõe um abordagem que, na sua perspectiva, dá conta "da historicidade do coronelismo no Brasil, a partir de uma visão estrutural da sociedade" e ainda "como produto de uma tripla fundamentação econômico-social, ideológica e política" (p.13).

Partindo da conceituação do coronelismo "como forma de representação política exercida por deter-

Ibarê Dantas

Coronelismo
e
Dominação

Programa Editorial da UFES

minados proprietários sobre os trabalhadores rurais ao tempo em que se impõem como intermediários entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a estrutura de dominação" (p.18), vai enfatizar o autor as mutações por que passou o fato, destacando suas fases distintas.

Insurge-se contra a explicação dominante na Literatura das Ciências Sociais, que vê o voto enquanto elemento invariante do coronelismo. Mostramos que em cada fase da história republicana, o fenômeno apresenta componente que o singulariza. Assim, na sua primeira fase (1900-30), "as milícias particulares" são fundamentais para o entendimento da estrutura coronelista. Na fase seguinte (1930-45), a "honra so-

cialmente reconhecida" assume este papel. No período de 1945-64, o voto torna-se à o elemento fundamental. E, finalmente, após 64, o coronelismo - segundo o autor - "moribundo e sem perspectiva, histórica, vive seus estertores".

No segundo ensaio, "Itabaiana a dominação coercitiva", propõe-se "pesquisar uma dominação determinada no sentido de observar suas possíveis correlações com o coronelismo bem como suas especificidades". Para isto, recorre à análise do material empírico ou seja:

a prática política desenvolvida por duas lideranças daquele município: Euclides Paes Mendonça e Manoel Francisco Teles (Chico de Miguel). Por fim chega o autor à conclusão de que os domínios destes "não podem ser considerados casos típicos do coronelismo" (p.79).

Tomando como ponto de referência o conceito formulado para análise do fenômeno, observa-se, no entanto, um hiato entre o primeiro e o segundo ensaio. A nosso ver, a prática das duas lideranças estudadas cabe perfeitamente dentro do conceito apresentado pelo autor, isto porque essencialmente na sua conceituação o coronel é o mediador entre as massas rurais e as oligarquias estaduais. Que outro papel teriam estas duas lideranças senão o de mediadores? Vejamos como se configura esta mediação a partir de uma entrevista de Chico de Miguel transcrita na obra. Perguntado por que não usava o seu prestígio político em função do seu município, respondeu: "eu uso. Eu uso sim, se eu não usasse eu não teria este prestígio todo dentro da cidade, o povo teria me abandonado". Noutro momento da entrevista, afirma: "A política de Itabaiana quem faz sou eu, e quem vai candidatar os meninos

a deputado federal e deputado estadual e a prefeito sou eu, não é combinado com o partido e nem com nada, sou quem faço a candidatura combinado com o povo, e acredito no povo para eleger todos os três". Sobre a sua relação com o governo diz: "eu às vezes tenho as minhas queixinhas do governo, todos têm, também não se pode dar tudo que se pede(...) o governo não satisfaz a todos os políticos, mas para mim e para o povo de Itabaiana ele não é mau não, ele é muito bom". (p.102/107).

Percebe-se que, sustentando-se na coerção ou no controle do voto, o coronelismo persiste enquanto discurso e enquanto prática, sem perder de vista nesta ação as transformações por que passa a sociedade.

Movendo-se, implicitamente, dentro da teoria da passagem do "tradicional para moderno", o autor é levado a elidir o coronelismo como forma típica de organização tradicional frente à modernização da sociedade, mediante o desenvolvimento do capitalismo.

No entanto, prevalece o desafio da realidade: o coronelismo mutante vive bem na era da informática. A questão está posta para o autor no sentido de buscar, na política brasileira, as novas formas de dominação emergentes. Se o coronelismo morreu, que outras formas o substituíram?

Necessário se faz, todavia, louvar o rigor analítico da obra e a intenção de pensar uma temática fundamental da realidade política brasileira, mais especialmente nordestina. O livro é recomendado a cientistas sociais, principalmente historiadores e cientistas políticos, e a todos aqueles que pretendem entender o coronelismo.